



# CONFLUÊNCIA POLÍTICA, RELIGIOSA E MIDIÁTICA: OS LAÇOS DAS REDES PAULISTAS DE TELEVISÃO CATÓLICA NO CONGRESSO NACIONAL

■ GIULLIANO PLACERES \*

**Resumo:** O presente artigo analisa o apoio político mútuo decorrido entre parlamentares e representantes das quatro maiores redes de televisão católicas brasileiras: TV Aparecida, Canção Nova, Rede Vida e TV Século XXI. Aponta-se a atuação de atores sociais em prol de tais canais televisivos e, igualmente, o apoio político-eleitoral que eles recebem dessas redes. O fomento e patrocínio institucional para a criação de tais canais faz parte, sobretudo da estratégia católica de atuar em contrapartida ao relevante avanço das denominações evangélicas e conjuntamente dar suporte ao seu principal movimento, a Renovação Carismática Católica (RCC). A este contexto estão diretamente relacionadas à eleição de parlamentares no Congresso Nacional com ostensiva identidade católica, ligados sobremaneira à RCC. A partir de pesquisa de campo e sistemática consulta bibliográfica destacam-se, alianças entre políticos e clérigos católicos, concessão e outorga de emissoras de TV por parte do governo federal e processos eleitorais. Tal conjunto de fatores resulta em que tais veículos comunicativos exerçam papel significativo no mercado religioso brasileiro, contribuindo para que a contínua evasão católica não fosse ainda maior.

**Palavras-chaves:** Religião, RCC, política, emissoras católicas de televisão

## Introdução

As relações sociais entre a Igreja Católica e os aparatos<sup>1</sup> de poder Brasil sempre se estabeleceram de maneira estreita. Notoriamente mesmo após a instauração da República, a instituição religiosa prosseguiu com expressiva influência sobre a máquina estatal, sempre usufruindo de prerrogativas junto a governos, com base na condição de religião dominante cultural, política e demograficamente. O primeiro documento oficial do país que tratou da então intenção de separação entre Igreja e Estado foi um decreto

assinado no ainda governo provisório de Manoel Deodoro da Fonseca em 1890. Elaborado anteriormente à primeira Constituição Republicana, que, em tese, retiraria o apoio do governo a qualquer religião, estabelecia, entre outras providencias, a proibição de autoridades federais e estaduais expedirem leis, regulamentos ou atos administrativos, tomando como base alguma religião. Isto é, proibia ao governo legislar sobre religião, assegurava a todas elas o exercício de culto e igualmente a liberdade de crença. Outro fato a ser destacado é a extinção do regime de padroado<sup>2</sup> seguida de seus recursos e prerrogativas (BRASIL, 1890).

O decreto nº119-A do Governo Provisório, de 17 de janeiro de 1890 [...] estabelecera no Brasil um regime de separação entre a Igreja e o Estado que parecia uma afronta à maioria católica da população. Ele dava lugar a um estado não confessional, em que o nome de Deus era riscado dos atos públicos, o catolicismo nivelado às seitas protestantes minoritárias no mesmo regime de liberdade religiosa. (HOLANDA; FAUSTO, 1990, p. 325).

De todo modo, a separação entre igreja e Estado não significou o fim dos privilégios concretos do catolicismo (MARIANO, 2011). A igreja seguiu atuando fortemente junto a máquina pública estatal, especialmente no decorrer de todo o governo Getúlio Vargas de 1930 a 1945. Contando com o apoio deste, bem como de outros governantes, a hierarquia católica sempre buscou interferência direta dessa religião no Estado. A estreita relação de Vargas com Dom Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 40, grande liderança da igreja à época e destacado apoiador de seu governo refletiu na incorporação de atribuições favoráveis ao catolicismo, expressas na Constituição Federal de 1934, dentre as quais: o prefácio da mesma se colocar “sob a proteção de Deus”<sup>3</sup>, o casamento religioso ser reconhecido pela lei civil, à proibição do divórcio, o fato de conseguir que o Estado fosse autorizado a financiar a igreja, por meio do chamado “interesse coletivo”, além de as escolas públicas admitirem o ensino religioso. Privilégios esses que se mantiveram por algumas décadas (ALVES, 1979).

Como se vê, a Igreja Católica no Brasil sempre soube utilizar desses privilégios e em relação a sua participação nos meios de comunicação, com destaque para o rádio e a televisão, não seria diferente. Desta maneira, tanto em períodos democráticos quanto nos ditatoriais, houve por parte de governantes generosas distribuições para exploração midiática de concessões ofertadas à instituição romana. Estas se davam sobremaneira em

período de campanhas eleitorais, objetivando a manutenção dos mandatos. Visando elucidar parte deste contexto envolvendo autoridades públicas e religiosas, destaca-se aqui o exemplo de ações em benefício mútuo: às vésperas da aprovação da emenda que possibilitaria a reeleição presidencial de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério das Comunicações distribuiu 1.848 retransmissoras de televisão, sendo 527 a empresas de comunicação, 479 a prefeituras, 472 a empresas e entidades ligadas a igrejas (PIERANTI, 2006).

O catolicismo efetivamente desfrutou de muitas regalias baseadas em sua antiga posição de religião oficial e que contribuíram historicamente para a preservação de sua significativa hegemonia na sociedade abrangente. Entretanto, no segundo censo demográfico que abordou também a religião, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1950, o contingente de católicos já apareceu declinante, assim vem ocorrendo desde então<sup>4</sup>. Observa-se, nesse período, um processo de industrialização, modernização e secularização, difundido não só no Brasil, mas em diversos países, conjuntamente com a reivindicação de direitos cidadãos em face dos crescentes anseios sociais no meio urbano. Tal contexto ensejou a busca de outras opções religiosas.

Diante das novas demandas da sociedade, uma crescente parcela populacional rompe com o catolicismo, buscando outras formas de credo, num movimento de diversificação religiosa que resultou também em crescimento do contingente que se declara sem religião. Era preciso a igreja começar a falar com o mundo modernizado, não mais em latim e apenas no interior dos templos, mas sim em língua vernácula e também através das mídias eletrônicas, mediante o já popular rádio e por meio da televisão que se propagava nos países em desenvolvimento. E para adentrar nestes eficientes meios de comunicação social era imprescindível articular os tradicionais laços entre políticos e religiosos. A relação entre esses agentes se destaca no Brasil, dada a crescente presença e influência evangélica e igualmente da tradicional força católica nos parlamentos, bem como nos aparatos de Estado. Há muitos ativistas religiosos que são também ocupantes de cargos públicos e de representação político-partidária.

### **Inserção televisiva católica no Brasil**

No escopo do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica estabelece novas diretrizes e políticas de ação em relação a vários temas, dentre eles o da comunicação social. O decreto *Inter Mirifica*, também aprovado naquela grande reunião em Roma, traçou novas

perspectivas relacionadas ao modo de a igreja se comunicar. Porém, mais do que isso, resultou no estreitamento de laços dela com governos e a iniciativa privada em prol do desenvolvimento de empreendimentos de comunicação social conforme os interesses doutrinários católicos: “(...) este sagrado concílio chama a atenção para a obrigação de sustentar e auxiliar os diários católicos, as revistas e iniciativas cinematográficas, as estações e transmissões radiofônicas e televisivas” (CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965 - DECRETO INTER MIRIFICA, CAP. II ART. 17º).

Pela primeira vez, um documento oficial católico em âmbito mundial tratou de condições para o desenvolvimento dos instrumentos de comunicação social, constituindo-se como uma orientação geral para o clero e o laicato fazerem uso dos meios comunicativos (PUNTEL, 1994). No Brasil, a igreja atuava fortemente nos meios de comunicação social através de emissoras de rádio, tendo sido a primeira católica constituída em 1941, na arquidiocese baiana de Salvador, o envolvimento com a então recém-chegada televisão, não tardaria: O frei e cantor mexicano José de Guadalupe Mojica veio a São Paulo, a convite do empresário e político<sup>5</sup> Assis Chateaubriand. O objetivo era o de colaborar para a implementação da TV brasileira logo em sua primeira transmissão ao vivo.

Mojica então participou do show experimental da TV Tupi-PRF3, a pioneira no Brasil. (AGÊNCIA ESTADO; PRÓ-TV, 2015). Menos de três décadas após a inserção no rádio, a igreja inaugurou em 1969 sua primeira emissora televisiva nacional, a TV Difusora, de Porto Alegre, sob responsabilidade dos frades capuchinhos. Essa emissora manteve-se ativa por dez anos até ter sua licença de funcionamento caçada, ainda no contexto do regime militar (DELLA CAVA; MONTERO, 1991).

Entre as décadas de 1980 e 2000<sup>6</sup>, a Igreja Católica, especificamente o clero paulista, movimentou-se em prol de empreendimentos televisivos, com abertura de espaço dentro de emissoras laicas<sup>7</sup>. Por instrumentos como acordos políticos e também com agentes da iniciativa privada, foram levantados recursos para a criação de emissoras ligadas à instituição romana. A iniciativa tinha como principal objetivo fazer frente ao rápido crescimento dos evangélicos, que obtinham cada vez mais visibilidade, espaço nas mídias e também poder político (MARIANO, 2008).

Mais uma vez, a relação entre religião e política se mostra bastante presente na expansão do aparato comunicativo de igrejas. Se a presença católica já ocorria no setor de radiodifusão, a meta seguinte era adentrar nos meios televisivos, constituindo veículos próprios. Era preciso obter concessões de canais mediante ações junto ao

governo federal. Salienta-se que a concessão e outorga<sup>8</sup> para funcionamento de veículos de comunicação social como o rádio e a televisão implicam na participação direta do Ministério de Comunicações e da Presidência da República. O primeiro é responsável pela outorga de emissoras de rádio, enquanto que a segunda a outorga dos canais de televisão (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2017).

Dessa maneira, a concessão de emissoras de rádio e televisão, envolve inevitavelmente um processo político abarcando diferentes agentes e interesses. Embora culturalmente ainda bastante influente, o catolicismo, ao lado das demais religiões, enfrenta a subordinação a regramentos e obrigações advindos do poder público, conforme afirma Arendt, (2006, p. 29):

A Igreja precisa da política e, na verdade, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico, para poder manter-se e afirmar-se na terra e neste mundo do lado de cá — enquanto Igreja visível.

Gradativamente, a Igreja Católica no Brasil vem perdendo espaço para outras organizações religiosas e outras fontes de orientação de conduta individual, em face do Estado laico. Sendo ainda hegemônica, seu maior engajamento no espaço político-partidário, através de representantes leigos em posse de mandatos parlamentares foi fundamental para poder prosseguir com influência significativa sobre a sociedade<sup>9</sup>. Tendo que se adequar aos ditames do Estado laico e também concorrer com as crescentes denominações evangélicas, a Igreja Católica se vê na condição de desenvolver parcerias comerciais, assim como alianças com candidatos e parlamentares eleitos em prol de seus empreendimentos midiáticos.

Em detrimento desse cenário de dependência para com atores seculares, ainda é relevante a influência que a igreja exerce sobre a realidade social e cultural que a envolve. Segundo Bourdieu (1989), tal poder é exercido através dos leigos que são simbolicamente dominados na instituição religiosa, mas dominantes econômica e politicamente na sociedade. Nesse meio estão empresários e parlamentares que procuram beneficiar a igreja, sendo por ela (ou segmentos dela) também legitimados, reconhecidos, prestigiados e efetivamente apoiados.

Considerando o constante avanço pentecostal, o desafio do catolicismo contemporâneo consiste na preservação de seu poder simbólico, embora debilitado, ainda hegemônico na sociedade brasileira. Para tanto, se movimentou, abraçando oportunamente a proposta de inserção de modo mais incisivo nas mídias eletrônicas,

sobremaneira a televisiva. Alguns segmentos católicos buscaram então se relacionar com diferentes agentes da esfera pública, em busca de apoio financeiro e político para seus projetos de criação e expansão de emissoras. De fato, o processo de implantação, manutenção e a ampliação de veículos de comunicação, sobretudo televisivos, envolve sempre relações de poder: simbólico, econômico e político, acumulado pelos agentes envolvidos (BOURDIEU, 1989).

O engajamento católico direcionado ao campo político com objetivos midiáticos teve como principal base a Renovação Carismática Católica (RCC). Trata-se de um movimento de leigos de classe média surgido nos Estados Unidos entre docentes e estudantes universitários ao final da década de 1960. Seu objetivo constituía-se na busca de uma forma de “renovação espiritual”, mantendo contato com diferentes grupos evangélicos pentecostais, chegando dispostos a brigar no território do amplo mercado religioso. O movimento carismático não tardou a se difundir para outros países, dentre eles o Brasil, em 1969 por intermédio dos jesuítas norte-americanos do Texas, os padres; Eduardo Dougherty, fundador da TV Século XXI, e Haroldo Rham<sup>10</sup>. Sua organização central é basicamente laica, tendo como base os grupos de oração (PRANDI, 1997). Esses se estabeleceram inicialmente no município de Campinas-SP, embrião da RCC no país.

Contudo, o enraizamento e a expansão do movimento para todo o país, dependeu de uma articulação entre os membros disseminados em todo o Brasil, somados aos esforços de Dougherty junto a grupos de leigos religiosos. De tal maneira, o crescimento da RCC tem contribuído para a busca de resistência demográfica por parte da Igreja Católica no Brasil (CARRANZA, 2000; MARIZ, 2003; PRANDI, 1997). No entanto, ressalta-se que em seu conjunto a RCC se constitui- como um movimento de leigos (não anticlerical), cujo desenvolvimento e autolegitimação na igreja nunca foi tranquilo. Enquanto alguns padres e bispos assumiram posições favoráveis, outros impediram sua implantação em suas paróquias e dioceses, dificultando sua expansão (CARRANZA, 2000; ORO 1996).

Ressalta-se que a RCC foi e continua sendo a principal resposta da Igreja Católica ao crescimento evangélico no país. Ela impulsionou as ações midiáticas do catolicismo brasileiro, com destaque para as emissoras televisivas. Para viabilizar a criação de canais de TV, se consolidando no setor de radiodifusão<sup>11</sup>, a igreja, em especial o segmento carismático, demandou considerável apoio político de modo a participar em boas condições dos processos de concessão realizados pelo governo federal. Em contrapartida,

deu apoio a candidatos e depois parlamentares em exercício de mandatos que representam seus interesses.

### **Laços políticos das emissoras católicas paulistas no Congresso Nacional**

Como explicitado, a reação católica objetivando frear a perda de seus adeptos a outras religiões sobretudo os pentecostais a partir dos anos 80 esteve alinhada em grande medida por meio do movimento carismático. Sua atuação foi propulsora das ações midiáticas televisivas católicas no Brasil. Destaca-se agora parte do contexto de criação quatro maiores emissoras católicas do país todas sediadas no estado de São Paulo: Canção Nova, Rede Vida, TV Aparecida e Século XXI e em conjunto a atuação parlamentar no Congresso Nacional em prol desses canais.

A estrutura de ambos permite que suas transmissões alcancem via sinal de satélite basicamente em todo o Brasil e também países no exterior. De tal maneira que a televisão religiosa é consolidada em sua dupla vertente concorrencial: no âmbito institucional, ampliar os rebanhos e/ou atrair os afastados; no plano comercial, acirrar a disputa pela captação de audiências (CARRANZA, 2011). Toda mobilização acerca da busca de investimentos financeiros referentes à manutenção, bem como de recursos que as possibilitam estarem em operação decorrem em grande parte do recorrente apoio mútuo existente entre elas, agentes religiosos, públicos e privados. A estratégia recorrente para o crescimento dos canais se baseia em acordos para a conquista de retransmissoras a partir de articulações políticas com prefeituras municipais e também pelo governo federal, evidenciando a ainda considerável hegemonia católica perante o campo político brasileiro.

#### **Canção Nova**

A TV Canção Nova, atualmente maior emissora católica televisiva do Brasil sediada do município de Cachoeira Paulista-SP, iniciou suas atividades em dezembro de 1989, a partir de uma retransmissora da TVE no Rio de Janeiro sendo fundada pelo padre salesiano, monsenhor<sup>12</sup> Jonas Abib. A administração da TV bem como de seus outros meios de comunicação como revistas, rádio e internet, são gerenciados pela mantenedora, Fundação João Paulo II. Sua direção executiva fica a cargo de um casal de

leigos que há décadas acompanham o trabalho de Abib, Wellington Silva Jardim, e Luzia Santiago.

Sua rápida expansão<sup>13</sup> em território nacional por meio 350 retransmissores de sinais, o que lhe proporciona relevante cobertura de TV aberta, fazendo chegar a todas as unidades federativas além de três países: Israel, Portugal e Itália, se deve sobremaneira as expressivas alianças com agentes políticos: a compra de sua primeira geradora, em 1997, foi propiciada pelo acordo financeiro firmado com o casal sergipano João Alves Filho (ex-deputado federal, ex-governador e prefeito de Aracajú), e da senadora Maria do Carmo Alves, do antigo PFL, (Partido da Frente Liberal), hoje Democratas (DEM). Eles eram os proprietários da extinta TV Jornal, vendida para a Canção Nova 4,5 milhões de reais<sup>14</sup> divididos em vinte e quatro prestações<sup>15</sup>. A negociação da emissora foi intermediada por membros da Igreja Católica, com destaque para dom José Palmeira Lessa, Arcebispo de Aracaju e o frei franciscano Hans Stapel.

A aquisição feita no Nordeste proporcionou o aumento do número de retransmissoras a partir de acordos financeiros com prefeituras municipais. Estas por sua vez cediam suas antenas exibindo a programação da emissora religiosa. Era necessário, no entanto centralizar as atividades televisivas em sua sede, Cachoeira Paulista. Nesta ocasião, a Fundação João Paulo II solicitou ao Ministério das Comunicações outra estação geradora, no ano seguinte à compra feita em Aracaju. Entre os trâmites legais para a aprovação da mesma estava à emissão de parecer favorável da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

No entanto, este não se constituiu como um obstáculo, mas sim uma significativa vantagem: a relatoria e a análise do processo estavam nas mãos do deputado federal, a época Salvador Zimbaldi. Militante carismático católico advindo de Campinas-SP, elegeu-se deputado federal pelo PSDB, (Partido da Social Democracia Brasileira) com apoio massivo da RCC e também da comunidade Canção Nova. Conseqüentemente, em menos de um ano a solicitação foi prontamente atendida e a segunda geradora adquirida. A parceria política perdurou até o parlamentar se envolver em grandes escândalos<sup>16</sup>.

Há outras figuras públicas que se destacam pela ligação com a Canção Nova: Gabriel Chalita, ex-deputado federal e ex-secretário estadual e municipal da educação de São Paulo, amigo pessoal de Jonas Abib, apresentou em diversas oportunidades na emissora programas de rádio e também televisão. Trabalhou em conjunto com o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) durante duas décadas. Em meio a protestos, Alckmin<sup>17</sup> cedeu em 2006 uma fazenda por tempo indeterminado, para a



Canção Nova. Ressalta-se que anteriormente a mesma fora solicitada por pelo menos dois outros órgãos governo estadual, entre eles, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), que pretendia utilizá-la para reforma agrária<sup>18</sup>.

A TV Canção Nova, em conjunto ao movimento carismático apoiaram a eleição de ao menos dois deputados federais eleitos no pleito de 2014. Eros Biondini, do Partido Trabalhista Brasileiro (PROS-MG), e Flávio Augusto da Silva, conhecido como Flavinho, que também apresenta programas pela TV Século XXI. Biondini foi o responsável por coordenar as ações para a instalação da emissora em Minas Gerais, já Flavinho além de participar por quase duas décadas nas atividades do canal de Jonas Abib, permaneceu durante 14 anos residindo com sua família em três núcleos diferentes, da Comunidade Canção Nova inicialmente em Cachoeira Paulista e depois Cuiabá e Aracaju. Sua relevância junto à emissora e igualmente a RCC foi ascendente: com recorrente presença nas mídias católicas no rádio e na TV apresentando programas, além da gravação de álbuns, e também publicação de livros se tornou figura destacada no movimento carismático.

### **TV Século XXI**

A TV Século XXI surgiu no ano 1999 na cidade de Valinhos por intermédio do padre jesuíta norte-americano Eduardo Dougherty, um dos pioneiros do movimento carismático no Brasil. Com ampla experiência nos meios de comunicação adquirida por sua experiência anterior no rádio, em 1983, lançou pela TV Gazeta, o primeiro programa católico da televisão brasileira: Anunciamos Jesus. Este começou a ser gravado na Pontifícia Universidade Católica (PUC), no município de Campinas, interior do estado de São Paulo e ainda está no ar completando 35 anos (Souza, 2008). Administrado pela Associação do Senhor Jesus, (ASJ) sua entidade mantenedora, a emissora que iniciou suas atividades como uma produtora de televisão especializada em programas dramáticos, contou com recursos oriundos do centro carismático americano de Dallas e também da família holandesa Brenninkmeyer, proprietária da cadeia de lojas de confecções C&A. Dougherty montou estúdios com certo grau de sofisticação, produzindo novelas e demais programas voltados para a devoção católica (ASSMANN, 1986; BENEDETTI, 2000; CARRANZA, 2000).

Entretanto, anterior à formação da emissora televisiva, a inspiração do padre para fundar a ASJ também em Campinas ocorreu por meio da Comunidade Católica Carismática de Aliança denominada “Jesus te ama” criada pelo religioso em conjunto a outros fundadores em 1973 (CARRANZA, 2001). Sua formalização como uma entidade jurídica se deu onze anos mais tarde após um curso preparatório realizado pelo próprio Pe. Eduardo com membros que participavam de dois grupos de orações carismáticos a época: “Grupo de Oração Fonte de Água Viva” e “Plantão de Oração”. Ainda nos anos 80 a comunidade possuía atuação relevante no município em função dos múltiplos serviços espirituais que vinha prestando aos fiéis católicos, como os Seminários de vida no Espírito que alcançavam 2000 participantes. (CARRANZA, 2001). Além disto, a comunidade também possuía um estúdio de rádio que dava apoio logístico a RCC nacional e internacional.

Assim, entre 1979 e 1980, Dougherty funda a ASJ que futuramente viria a administrar seu canal religioso. Esta outra entidade sem fins lucrativos seria constituída juridicamente já no ano seguinte. Hoje a associação ocupa um amplo espaço na cidade de Valinhos-SP, sede da TV Século XXI de 24.000 m<sup>2</sup>, bem diferente de sua primeira sede, constituída em uma pequena garagem de uma paróquia em Campinas (TV SÉCULO XXI, 2018).

Durante grande parte da caminhada do religioso norte americano nos meios de comunicação, por mais de duas décadas esteve ao seu lado o ex-parlamentar, Salvador Zimbaldi, que como já citado trabalhou igualmente para a TV Canção Nova. Em uma relação de mútuo apoio, o religioso contava com o seu respaldo para trazer recursos, sobretudo para a aquisição da emissora televisiva. Por outro lado, sempre apoiou constantemente suas candidaturas desde vereador por Campinas até sua a escalada ao Congresso Nacional quando eleito deputado federal. Retribuindo a concessão da TV Século XXI conquistada em 1998 por meio do lobby político de Zimbaldi a época no PSDB, e de seus correligionários o Ministro das Comunicações Sérgio Motta e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Dougherty participou de algumas campanhas das quais o parlamentar se lançava declarando seu apoio:

O canal Século XXI foi conseguido pelo servo, pelo servo de Deus: Salvador Zimbaldi, obrigado, querido [...] Eu estou apoiando, eu estou incentivando vocês, por favor, vamos ajudar Zimbaldi deputado federal, muito obrigado, eu creio não tenho dúvida que é a vontade de Deus. (DOUGHERTY, Eduardo. Campanha eleitoral de Salvador Zimbaldi.

Transcrição audiovisual (2010). Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=3xV-my-2vQE>.

Ressalta-se igualmente relação política de Dougherty com o ativista político Odair Cunha, deputado federal do Partido dos Trabalhadores (PT-MG) e apoiado explicitamente pelo religioso: “o trabalho que ele tem feito vai continuar [...] ele tem ajudado muito a TV Século XXI, a nossa expansão, conseguindo mais canais de televisão aí em Minas Gerais” (PROCÓPIO, 2012). Outro parlamentar que participa ativamente da TV Século XXI é deputado federal Flavinho já citado pela também presença na TV Canção Nova.

Na emissora de Valinhos, as segundas-feiras pela manhã por aproximadamente duas horas exibe a atração “Você pode ser feliz”. Durante o programa, cujo pano de fundo é a veiculação de mensagens católicas, durante as chamadas o deputado utiliza de seu capital político para convocar os telespectadores a contribuir financeiramente com as atividades promovidas pela Associação do Senhor Jesus. Por outro lado, o parlamentar utiliza-se da audiência propiciada por ela como palanque e propaganda pessoal na promoção de seu mandato: transmite o conteúdo da emissora ao vivo pelo seu Facebook quando nela participa e também apresenta programas.

## **Rede Vida**

A Rede Vida é a única dentre as emissoras aqui apontadas a ser formada a partir de um projeto familiar de leigos. Possui estúdios em São José do Rio Preto e na capital paulista. Seu fundador, o jornalista João António Monteiro de Barros Filho possui vasta experiência no setor de comunicação social, sendo também proprietário de estações de rádios e um jornal impresso pertencentes ao grupo empresarial que carrega seu sobrenome: Grupo Monteiro de Barros (GMB). Com ativa participação na cena política, concorreu a prefeito em Barretos, sua cidade natal na década de 1970.

Mesmo não se elegendendo, adquiriu laços com diversos atores políticos que o auxiliariam posteriormente a concorrer com outros grupos televisivos laicos no processo de concessão de seu canal. Dentre eles, Augusto Marzagão, seu amigo pessoal, também de Barretos. Marzagão que viera a ocupar o cargo de secretário particular do presidente da república a época José Sarney a partir de 1989, também possuía experiência de trabalho no meio televisivo exercendo o cargo de vice-presidente de operações internacionais na emissora mexicana Televisa. (PLACERES, 2015).

No período da redemocratização, após a conturbada posse de Sarney em face da morte de Tancredo Neves, entre anos 1985 e 1988, houve ampla campanha da ala governista em busca de quinto ano de mandato para o político maranhense. Contudo, essa aprovação só se consolidou mediante intensa barganha política coordenada pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Aproveitando-se de seu cargo, percorreu o país prometendo concessões de rádio e televisão a todos que apoiassem tal proposta. Valendo-se de sua posição, acenava ou prometia concessões de radiodifusão para àqueles que se dispusessem a apoiar o pleito do presidente por mais um ano de mandato (LIMA, 2010). Igualmente, ressalta-se, já havia auxiliado também os evangélicos.

O apoio de Monteiro Filho a Sarney somado a relação de amizade com Marzagão, foi um dos trunfos do canal para conseguir sua concessão em 1990. Em diversas oportunidades o fundador da Rede Vida solicitou a instalação de repetidoras de televisão ao Ministério das Comunicações. Há que se destacar além dos laços políticos estabelecidos com Sarney inicialmente visando à concessão, seus vínculos com Itamar Franco como dito pelo seu próprio Ministro das Comunicações a época Djalma Moraes:

[...] a fim de conseguir autorização para instalação de emissoras repetidoras [...] “O Ministério das Comunicações atende esta justa reivindicação da Rede Vida de Televisão, cumprindo o desejo expresso do presidente Itamar Franco que faz questão de participar desta iniciativa da Igreja Católica, que está prestando ótimo serviço ao Brasil” (LIMA, 2010, p. 120).

Toda a velocidade na aprovação que multiplicou o número de repetidoras em curto espaço de tempo, retratam a permanente articulação entre agentes religiosos e políticos. Ressalta-se de acordo com a reportagem<sup>19</sup> o grande apoio financeiro da Igreja Católica somado ao que nomeou a participação do Ministério das Comunicações em liberar diversas retransmissoras de sinais para o canal católico:

Com pesado apoio financeiro da Igreja Católica e boa vontade do Ministério das Comunicações nas concessões, o canal católico Rede Vida teve um crescimento recorde na história do país. Este mês o canal inaugurou um retransmissor no valor de R\$ 1 milhão. A conta foi paga pela Arquidiocese de São Paulo e outras dioceses da região. O crescimento da Rede Vida ainda tem sido facilitado pela velocidade na concessão de

outorgas do Ministério das Comunicações para a instalação das retransmissoras. [...] o ministério liberou 310 concessões. Antes, ela possuía 40.

A Rede Vida que está em atividade desde 1995, sempre foi controlada pela família Monteiro de Barros e já se encontra na terceira geração de administradores. Inicialmente com o fundador e seus filhos Luiz Antônio e João Monteiro de Barros Neto, e sobretudo nos últimos anos com a entrada e participação de seus netos. A emissora conta com um representante político em Brasília: Elpídio Amanajas, assessor de relações corporativas e institucionais do canal. Há décadas trabalha também ao lado de José Sarney, inclusive tendo participação no Conselho de Comunicação do Senado Federal enquanto o ex-presidente maranhense o presidia (PLACERES, 2015).

### **TV Aparecida**

Última dentre as maiores emissoras católicas a entrar no ar, foi fundada em 2005 pelo padre Redentorista Antônio César Moreira Miguel, pós-graduado em jornalismo, em conjunto com o reitor da Basílica de Aparecida, João Batista de Almeida. O canal é gerenciado por meio da Rede Aparecida de Comunicação, sua mantenedora juntamente com a rádio que igualmente carrega o nome da padroeira do Brasil. Contudo, se faz necessário retornar ao século XVIII quando foi criada a instituição religiosa Congregação do Santíssimo Redentor, na qual estão vinculadas a rádio e também o canal televisivo. Conhecida como Ordem dos Redentoristas, dos missionários assim denominados, foi fundada por Santo Afonso Maria de Ligório, em 1732, em Scala, no Reino de Nápoles, Sul da Itália.

Os primeiros missionários Redentoristas desembarcam no Brasil já em 1894 para trabalhar auxiliando nas atividades do Santuário de Aparecida, no Vale do Paraíba, São Paulo e no Santuário no Divino Pai Eterno no Estado de Goiás. Com destacada participação nos meios de comunicação brasileiros, em menos de meio século de existência no fim da década de 1940 foram elaborados projetos para a criação da rádio Aparecida. Após o cumprimento das exigências legais a época o ofício de seu funcionamento foi encaminhado ao Presidente Eurico Gaspar Dutra em 1950, um ano após esse processo, a rádio veio a ser inaugurada e desde então está no ar (TV APARECIDA, 2017).

O ex-dirigente da TV Aparecida, Padre César Moreira iniciou suas atividades ainda na rádio, e durante sua permanência nela fez várias amizades que o levaram a

trabalhar em rádios laicas como Rede Globo e também pela Record, porém anterior a sua compra pela IURD no início da década de 80. Posteriormente, com uma vasta inserção no setor de meios de comunicação do país começou a elaborar em conjunto a Dom Darci José Nicioli e Dom Aloísio Lorscheider mesmo encontrando resistências de outros clérigos o projeto para a criação do canal:

Depois da rádio, nós passamos então a pensar a televisão, de 97 pra frente quando eu voltei nós começamos já a pensar um pouco mais: “E a televisão? E a televisão, e a televisão?” E já fomos nos armando pra isso, até que no começo de 2003, nós fizemos um avanço um pouco maior porque a Fundação Nossa Senhora Aparecida topou entrar na conversa, graças a Dom Aloísio Lorscheider que foi corajoso, outros colegas nossos que trabalham na televisão, faziam inclusive este programa foram totalmente contra a chegada da televisão, totalmente contra. Achavam um absurdo, que a gente ia quebrar tudo, ia quebrar a rádio, ia quebrar a televisão junto, não tinha dinheiro (MOREIRA, César. Fortes na fé. Transcrição audiovisual, 2016).

Os religiosos foram diretamente a Brasília solicitar uma concessão de TV ao Ministro das Comunicações a época Pimenta da Veiga, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Veiga graças às prerrogativas de seu cargo acelerou a obtenção do canal liberado em apenas três anos após solicitação dos religiosos redentoristas. Cesar Moreira retrata a um programa de TV da própria Aparecida a rapidez do processo:

[...] nós fomos lá em questão de três anos nós ganhamos a concessão da televisão, coisa que demora muito tempo, rapidamente ganhamos porque eles confiaram na gente. E a rádio Aparecida tinha um nome violento também nos meios, uma rádio muito séria, muito forte, muito ouvida, que pegava em todo Brasil. Então isso tudo contribuiu pra que nós tivéssemos chance de chegar à Televisão (CÉSAR MOREIRA, 2016).

A comprovação dos pertinentes laços sociais entre esses agentes católicos e políticos ressaltando o poder de influência da igreja está também na presença de Veiga em Aparecida para oficialmente assinar a concessão. Reitera-se o acontecimento: inúmeras concessões televisivas sejam elas laicas, comerciais e educativas são aprovadas recorrentemente em todo o país, entretanto em raras ocasiões são inauguradas pelo seu outorgante, o ministro das Comunicações. A cerimônia foi inclusive destacada pelos jornais<sup>20</sup>:

(...) Pimenta da Veiga, estará hoje, a partir das 8h, em Aparecida, para participar da solenidade de assinatura do projeto de concessão de um canal de televisão educativa para a Fundação Nossa Senhora Aparecida. A assinatura acontece às 10h, na sede da rádio Aparecida (...)

Diferentemente das demais, a emissora não se identifica com a RCC, procurando ser, tal como a padroeira nacional, representativa do catolicismo como um todo. Esta emissora, bem como o grupo que controla suas atividades, a Fundação Nossa Senhora Aparecida, estão instalados na cidade da padroeira nacional e tem no culto a ela um trunfo, tanto religioso quanto comercial, para seu crescimento.

## **Conclusão**

Como se pretendeu demonstrar, a Igreja Católica no Brasil por extenso período de tempo exerceu soberania religiosa. Entretanto, a partir, sobretudo da segunda metade do século XX com o avanço da secularização e outras opções religiosas, começa a perder espaço e conseqüentemente vê a retração de seus adeptos. Partes deles posteriormente viriam a se tornar evangélicos e que rapidamente e em grande medida graças o avanço pentecostal com a criação de novas igrejas, passaram a também exercer influência religiosa na cena pública.

A partir deste contexto e influenciada pelas decisões tomadas no Concílio Vaticano II e posteriormente com o desembarque da RCC no Brasil, a Igreja Católica utilizou-se de sua ainda considerável influência para adentrar nos meios de comunicação televisivos. Para isso intensificou de maneira relevante acordos e parcerias que transcendem o meio estritamente religioso para outros setores como o político e econômico. Tal direcionamento envolveu e ainda envolve diversas ações conjuntas ao poder público de modo a propiciar que a igreja concorra com grupos privados para a criação, manutenção e ampliação de canais televisivos.

Os primeiros passos efetivos partiram na década de 80 por meio da iniciativa dos Padres responsáveis pela chegada da RCC no Brasil, Eduardo Dougherty e Jonas Abib. As trajetórias televisivas de ambos começaram com a exibição do programa Anunciamos Jesus. Na atualidade cada qual é detentor de seu próprio canal, Século XXI e Canção Nova respectivamente. Porém para que essa realidade se concretizasse foram necessárias mútuas e múltiplas parcerias com diversos agentes. Estas incluíram a participação

maciça de empresários, religiosos e igualmente atores da cena política atuando no Congresso Nacional, sendo alguns aqui elencados, com destaque para o ex-deputado federal Salvador Zimbaldi.

Em semelhante conjuntura foram viabilizadas também a criação da Rede Vida de Televisão e da TV Aparecida. A aprovação de suas concessões deriva em grande parte dos laços sociais de seus fundadores com representantes ligados diretamente ao Ministério das Comunicações, cada qual em sua época, circundando governos distintos. Desta forma, a guinada católica objetivando adentrar no setor de radiodifusão por meio de emissoras próprias, aponta que no Brasil mesmo há mais de um século constituído como Estado laico nota-se ainda relevante influência da esfera religiosa atuando sobre a máquina pública.

Majoritariamente em termos de representação religiosa no Congresso Nacional, Católicos e Evangélicos, as principais vertentes cristãs do país, dominam este espaço. As disputas entre ambas especialmente no que tange a aquisição canais televisivos demonstra que se por um lado, o catolicismo vem apresentando permanente declínio, por outro soube usufruir de sua hegemonia cultural por meio de seus representantes, apoiando e sendo apoiada mutuamente por vários atores do universo político brasileiro, em laços sociais estreitos visando à implantação de suas emissoras televisivas.

#### NOTAS (TAMANHO 10)

\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) e bolsista FAPESP. Com trabalhos na área de Sociologia da Religião, pesquisas sobre empreendimentos econômicos e emissoras televisivas vinculadas ao catolicismo e suas derivações políticas. É também membro do Núcleo de Estudos de Religião, Economia e Política (NEREP). E-mail: giulliano14@hotmail.com

<sup>1</sup> Entendidos aqui como um conjunto de instituições, práticas e procedimentos de exercício do poder.

<sup>2</sup> Basicamente se constituía no financiamento de autoridades públicas brasileiras a atividades dos clérigos católicos, como viagens, construção de templos e elaboração de leis inspiradas na doutrina católica.

<sup>3</sup> Protocolo ainda realizado para início dos trabalhos das sessões tanto da Câmara dos deputados quanto no Senado.

<sup>4</sup> Os católicos representavam 93,7% da população, enquanto os evangélicos apenas 3,4%. Já no último censo, realizado em 2010, estes atingiram 22,2% frente a 64,6% daqueles, que pela primeira vez apresentaram queda absoluta, tendo seu crescimento sido menor do que o da população nacional (IBGE, 2010).



<sup>5</sup> Além de Senador pelos estados da Paraíba e Maranhão (1952 e 1955), Chateaubriand sempre foi influente no meio político brasileiro, obtendo de Getúlio Vargas empréstimos financeiros para ampliar seus outros veículos de comunicação como rádios, jornais e revista (FGV – CPDOC, 2018).

<sup>6</sup> A Igreja Católica tentava responder ao avanço evangélico midiático após a compra no valor de 45 milhões de dólares das três principais emissoras e dos direitos sobre a Rede Record de Rádio e Televisão por Edir Macedo, fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A negociação junto à emissora decadente foi feita não diretamente pelos dirigentes dessa denominação, mas por intermediários políticos como Odenir Laprovita Vieira, deputado federal eleito com apoio da IURD em 1990 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RJ).

<sup>7</sup> Missas seriam transmitidas ao vivo, com destaque para a do Santuário Nacional de Aparecida, veiculada pela TV Cultura desde 1987, e a do popular padre Marcelo Rossi na Rede Globo a partir de 2001.

<sup>8</sup> Concessão é a autorização obtida para exploração de serviços de utilidade pública. A outorga, por sua vez, permite fazer uso por tempo determinado da concessão pública adquirida, devendo, portanto, ser periodicamente renovada. (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2017).

<sup>9</sup> Destaca-se, nesse sentido, o acordo assinado no Vaticano em 2008 entre o governo brasileiro e a Santa Sé, relativo ao estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil (GIUMBELLI, 2011).

<sup>10</sup> Fundou em 1978 Associação Promocional Oração e Trabalho, posteriormente rebatizada com o seu nome, Instituto Padre Haroldo (IPH). Sua comunidade terapêutica de caráter filantrópico está localizada em Campinas, sendo referência no tratamento para dependentes químicos, inclusive recebendo diversas premiações em virtude do trabalho realizado para com os jovens.

<sup>11</sup> Segundo a legislação brasileira, compreende os serviços destinados a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral e é dividida em radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão). (ANATEL, 2017).

<sup>12</sup> Título eclesiástico concedido pelos Papas a padres que se destacam por relevantes serviços prestados à Igreja. A iniciativa partiu de Dom Benedito Beni, bispo de Lorena-SP a época, em 2007.

<sup>13</sup> Além da cobertura ao vivo via internet, sua estrutura televisiva é composta por seis geradoras, das quais duas próprias, Aracaju e Cachoeira Paulista e outras quatro afiliadas: Belo Horizonte-MG, Brasília-DF, Curitiba-PR, e Florianópolis.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/32679?page=1&section=1>. Acesso em 22 de mar. 2018

<sup>15</sup> Para a concretização do negócio, a Canção Nova necessitava aumentar seu orçamental mensal com a obtenção de mais sócios colaboradores. Em substituição ao Clube do Ouvinte, baseado em técnicas de marketing aplicado nas quais os espectadores da Canção Nova no Rádio contribuíam por meio de doações financeiras mensais, foi lançado em 1997 e mantido atualmente, o projeto Dai-me Almas, campanha mensal para captar recursos por meio da Fundação João Paulo II.

<sup>16</sup> Em 2005, o ex-deputado foi acusado de fazer parte do esquema “Escândalo das sanguessugas”, que envolvia superfaturamento e desvio de dinheiro público destinado à compra de ambulâncias distribuídas pelo Ministério da Saúde. Uma delas havia sido doada à Fundação João Paulo II, por Zimbaldi e posteriormente após a repercussão do caso, acabou sendo devolvida. Após o episódio o parlamentar perde o apoio da Canção Nova, e em 2014 não consegue ser reeleito.

<sup>17</sup> Mesmo nunca tendo declarando publicamente, Alekmin mantém laços com a Opus Dei, instituição conservadora e hierárquica da Igreja Católica que teve como seu fundador Josemaría Escrivá de Balaguer, canonizado em 2002.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u117502.shtml>

<sup>19</sup> Folha de S. Paulo, 10 de agosto de 1997: Rede Católica tem crescimento recorde.

<sup>20</sup> Folha de S. Paulo, 5 mai. 2000: Ministro assina concessão para a TV Católica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA ESTADO. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ha-50-anos-era-inaugurada-a-tv-brasileira,20000702p4944>. Acesso em 29 de mai. 2017.

ALVES, M. M. *A Igreja e a Política no Brasil*. Editora brasiliense. 1979.

ANATEL, Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNivelDois.do?codItemCanal=677>. Acesso em 13 jun. de 2017.

ARENDRT, H. *O Que é Política?* Trad. Reinaldo Guarany. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ASSMANN, H. *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1986.

BRASIL. *Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890*. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra plena liberdade aos cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm). Acesso em: 12 jul. 2017.

BENEDETTI, L. R. *Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico*. São Paulo, Humanitas e FAPESP, 2000.

BITUN, R. *Igreja Mundial do Poder de Deus: rupturas e continuidade no campo religioso neopentecostal. Tese de doutorado em ciências sociais*, São Paulo, PUC-SP, 2007.

BURITY, J. & MACHADO, M. C. (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana, 2006.

BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Fernando Tomaz (Trad.). Lisboa: DIFEL, 311 p. Coleção Memória e Sociedade, 1989.

CAMPOS, L. S. *Evangélicos e mídia no Brasil - uma história de acertos e desacertos*. REVER (PUCSP), v. 4, p. 1-26, 2008

\_\_\_\_\_. *Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva*. Revista USP, nº 61, mar/mai, p. 146-163, 2004.

\_\_\_\_\_. *Evangélicos nas eleições de 2002: Os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus*. Cadernos ADENAUER (São Paulo), Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n.1, p. 83-100, 2003.

CANÇÃO NOVA. Disponível em: [www.cancaonova.com](http://www.cancaonova.com). Acesso em 18 de jun. 2017.

CARRANZA, B. *Catolicismo midiático*. Aparecida: Idéias & Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Renovação Carismática: origens, mudanças e tendências. Aparecida do Norte, SP: Editora Santuário, 2000.*

CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. Decreto Inter Mirifica. Disponível em: [www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vatii\\_decree\\_19631204\\_intermirifica\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decree_19631204_intermirifica_po.html). Acesso em: 03/12/2015.

CPDOC-FGV - *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em 07 mai. 2018.

DELLA CAVA, R; MONTERO, P. *E o verbo se faz imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil, 1962-1989*. Petrópolis. Vozes. 1991.

DOUGHERTY, E. *Campanha eleitoral de Salvador Zimbaldi*. Transcrição audiovisual (2010). Acesso em: 13 mai. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3xV-my-2vQE>.

EWFTN. Disponível em: [www.ewtn.com](http://www.ewtn.com). Acesso em: 8 de mar. de 2016.

FONSECA, A. B. *Evangélicos e mídia no Brasil*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

FRESTON, P. Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment. *Tese de doutorado em ciências sociais*. Campinas, Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. *Os evangélicos na política brasileira: História ambígua e desafio ético*. Curitiba, Encontro, 1994.

GIUMBELLI, E. *O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião*. *Ciencias Sociales y Religión (Online)*, v. 14, p. 119-143, 2011.

GRAMSCI, A. 1891-1937. *Cadernos do cárcere*. [Quaderni del carcere]. Carlos Nelson Coutinho, 1943- (Ed.). Luiz Sérgio Henriques (Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V.5. 2002.

HOLANDA, S. B. de; BORIS, F. *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. 432 p.

LIMA, E. de C. *Formação da rede vida de televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social*. 1989-1995. Unesp Assis. 2010.

MACHADO, M. das D. C. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

MARIANO, R. *Crescimento pentecostal no Brasil: fatores internos*. REVER (PUCSP. Online), v. 4, p. 68-95, 2008.

\_\_\_\_\_. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso)*, v. 11, p. 238-258, 2011.

\_\_\_\_\_. Renovação carismática católica: movimento mágico, moralista e proselitista. *Plural*, 5, 196-200, 1 sem. 1998.

MÍDIA, RELIGIÃO E POLÍTICA. Disponível em: [www.metodista.br/midiareligiaopolitica](http://www.metodista.br/midiareligiaopolitica). Acesso em 25 de jan. 2016.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Disponível em: <http://www.mc.gov.br>. Acesso em 4 fev de 2017.

MOREIRA, C. *Fortes na Fé. Aparecida: TV Aparecida, Programa de TV*. Acesso em 11 jun. 2016. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=ZA16NxrHwo](http://www.youtube.com/watch?v=ZA16NxrHwo).

ORO, A. P. 1996. *Ação evangélica, reação católica*. Petrópolis: Vozes, 129p 1996.

PIERANTI, O. P. *Políticas para a mídia: dos militares ao governo Lula*. Lua Nova, São Paulo, n. 68, p. 91-121, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-)

64452006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000300004>

PIERUCCI, A. F. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. *Ciências Sociais Hoje*, 1989. *Vértice / Revista dos Tribunais*, Anpocs, p. 104-132, 1989.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

PLACERES, G. O empreendedorismo econômico-televisivo da Rede Vida. *Dissertação de mestrado em sociologia*. São Carlos, UFSCar, 2015.

PRANDI, R. *Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1997.

PROCÓPIO, C. E. P. *Quando a religião se aproxima da política: Estudo dos candidatos e candidaturas apoiadas pelo catolicismo carismático nas Eleições 2014*. Debates do NER (UFRGS. Impresso), N°27, p.199-232, 2015.

\_\_\_\_\_. Carismatismo católico e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. V. 14, p. 75-99, 2012.

\_\_\_\_\_. Que tipo de candidato que vos fala da igreja?. *Revista Brasileira de História das Religiões*.v. 3, 2011.

PUNTEL, J. T. *A igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1994.

REDE VIDA. Disponível em: [www.redevida.com.br](http://www.redevida.com.br). Acesso em: 14 mai. 2017.

SÉCULO XXI. Disponível em: <http://www.tvseculo21.org.br>. Acesso em 12 mai. 2018.

SILVEIRA, E. J. S. Terços, "Santinhos" e Versículos: a relação entre carismáticos católicos e política. *REVER (PUCSP)*, v. 08, p. 54-74, 2008.

SOUZA, A. R. de. As investidas católicas na mídia. *REVER (PUC-SP)*, v. 9, p. 27-45, 2008.

\_\_\_\_\_. Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, Julho 2007, p.

\_\_\_\_\_. O empreendedorismo econômico neopentecostal no Brasil. *Ciências Sociais e Religião*, v. 13, n° 15, p. 13-34, 2011.

## **POLITICAL, RELIGIOUS AND MEDIA CONFLUENCE: THE TIES OF THE SÃO PAULO NETWORKS OF CATHOLIC TELEVISION IN THE NATIONAL CONGRESS**

ABSTRACT: THIS ARTICLE ANALYZES THE MUTUAL POLITICAL SUPPORT BETWEEN PARLIAMENTARIANS AND REPRESENTATIVES OF THE FOUR LARGEST BRAZILIAN CATHOLIC TV NETWORKS: TV APARECIDA, CANÇÃO NOVA, REDE VIDA AND TV SÉCULO XXI. IT POINTS OUT THE PERFORMANCE OF SOCIAL ACTORS IN FAVOR OF SUCH TELEVISION CHANNELS AND, ALSO, THE POLITICAL-ELECTORAL SUPPORT THAT THEY RECEIVE FROM THESE NETWORKS. THE PROMOTION AND INSTITUTIONAL SPONSORSHIP FOR THE CREATION OF SUCH CHANNELS IS PART, ABOVE ALL, OF THE CATHOLIC STRATEGY TO ACT IN COUNTERPART TO THE RELEVANT ADVANCE OF THE EVANGELICAL DENOMINATIONS AND JOINTLY SUPPORT ITS MAIN MOVEMENT, THE CATHOLIC CHARISMATIC RENEWAL (RCC). IN THIS CONTEXT THEY ARE DIRECTLY RELATED TO THE ELECTION OF PARLIAMENTARIANS WITH OSTENTATIOUS CATHOLIC IDENTITY, CLOSELY LINKED TO THE RCC. THROUGH THE FIELD RESEARCH AND BIBLIOGRAPHY CONSULTATION WERE IDENTIFIED ALLIANCES BETWEEN POLITICIANS AND CATHOLIC CLERICS, CONCESSION AND GRANTING OF TV STATIONS BY THE FEDERAL GOVERNMENT AND ELECTORAL PROCESSES. SUCH A SET OF FACTORS RESULTS IN SUCH COMMUNICATIVE VEHICLES PLAYING A SIGNIFICANT ROLE IN THE BRAZILIAN RELIGIOUS MARKET, CONTRIBUTING TO THE CONTINUED CATHOLIC EVASION IS NOT EVEN GREATER.

KEYWORDS: RELIGION, RCC, POLICY, CATHOLIC TV NETWORKS.

## **CONFLUENCIA POLÍTICA, RELIGIOSA Y MEDIÁTICA: LOS LAZOS DE LAS REDES PAULISTAS DE TELEVISIÓN CATÓLICA EN EL CONGRESO NACIONAL**

RESUMEN: EL PRESENTE ARTÍCULO ANALIZA EL APOYO POLÍTICO MUTUO TRANSCURRIDO ENTRE PARLAMENTARIOS Y REPRESENTANTES DE LAS CUATRO MAYORES REDES DE TELEVISIÓN CATÓLICAS BRASILEÑAS: TV APARECIDA, CANÇÃO NOVA, REDE VIDA Y TV SÉCULO XXI. SE APUNTA LA ACTUACIÓN DE ACTORES SOCIALES EN PRO DE TALES CANALES TELEVISIVOS Y, IGUALMENTE, EL APOYO POLÍTICO-ELECTORAL QUE ELLOS RECIBEN DE ESAS REDES. EL FOMENTO Y PATROCINIO INSTITUCIONAL PARA LA CREACIÓN DE TALES CANALES FORMA PARTE, SOBRE TODO DE LA ESTRATEGIA CATÓLICA DE ACTUAR EN CONTRAPARTIDA AL RELEVANTE AVANCE DE LAS DENOMINACIONES EVANGÉLICAS Y CONJUNTAMENTE DAR SOPORTE A SU PRINCIPAL MOVIMIENTO, LA RENOVACIÓN CARISMÁTICA CATÓLICA (RCC). A ESTE CONTEXTO ESTÁN DIRECTAMENTE RELACIONADAS LA ELECCIÓN DE PARLAMENTARIOS EN EL CONGRESO NACIONAL CON OSTENSIVA IDENTIDAD CATÓLICA, LIGADOS SOBREMNERA A LA RCC. A PARTIR DE INVESTIGACIÓN DE CAMPO Y SISTEMÁTICA CONSULTA BIBLIOGRÁFICA SE DESTACAN, ALIANZAS ENTRE POLÍTICOS Y CLÉRIGOS CATÓLICOS, CONCESIÓN Y OTORGAMIENTO DE EMISORAS DE TELEVISIÓN POR PARTE DEL GOBIERNO FEDERAL Y PROCESOS ELECTORALES. TAL CONJUNTO DE FACTORES RESULTA EN QUE TALES VEHÍCULOS COMUNICATIVOS EJERZAN UN PAPEL SIGNIFICATIVO EN EL MERCADO RELIGIOSO BRASILEÑO, CONTRIBUYENDO PARA QUE LA CONTINUA EVASIÓN CATÓLICA NO FUESE AÚN MAYOR.

PALABRAS-CLAVE: RELIGIÓN, RCC, POLÍTICA, EMISORAS CATÓLICAS DE TELEVISIÓN